

DEMONSTRAÇÕES



CONTÁBEIS



PAC - 2021

CERNHE COOPERATIVA DE ENERGIA RURAL

Sumário

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO	2
CARTA DA DIRETORIA	4
CARTA DO PRESIDENTE	5
CARTA DO CONTADOR	6
CENÁRIO	7
DISTRIBUIÇÃO	7
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
INVESTIMENTOS	13
OBRAS E MANUTENÇÃO	16
GESTÃO	17
AGRADECIMENTOS	19
2 - BALANÇO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO	20
BALANÇOS PATRIMONIAIS	21
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	22
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	23
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	25
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIA	50
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
3 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	54
CARTA DA DIRETORIA	56
CARTA DO PRESIDENTE	57
CARTA DO CONTADOR	58
CENÁRIO	59
DISTRIBUIÇÃO	59
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	64
INVESTIMENTOS	65
OBRAS E MANUTENÇÃO	68
GESTÃO	69
AGRADECIMENTOS	71
4 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO	72
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS	73
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS	74
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE REGULATÓRIO	75
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO	76
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS	77
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	78
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIA	104
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	105

1 - Relatório da Administração Societário

Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta da Diretoria

Em 2021 a CERNHE voltou a ganhar prêmio IASC/ANEEL. Desta vez ficou em 1º lugar a nível Brasil como Distribuidora até 10 mil consumidores com maior crescimento no quesito satisfação do consumidor.

Isto demonstra que a administração está correta quando foca forte na manutenção, investimentos pontuais e solução definitiva das coisas objetivando longo prazo. Hoje temos um sistema estável em que o consumidor confia e responde bem as pesquisas.

Quem investe no meio rural se preocupa apenas com seus negócios, pois confiam na estabilidade da energia.

Nossa meta é completar os processos de manutenção e investimentos, para depois manter e focar na redução da tarifa.

O projeto para operações remotas via C.O.D. continua avançando para conclusão nos próximos 04 anos.

Estamos buscando alternativas de compra de energia mais barata para reduzir tarifas, através de leilões de energia no mercado livre que já é uma realidade.

- ✓ **Sua Cooperativa é bem administrada e não oferece risco ao Cooperado;**
- ✓ **Atende a todos com eficiência, cordialidade e ética profissional;**
- ✓ **Consumidor está satisfeito com a qualidade;**
- ✓ **Não existem processos parados;**
- ✓ **Concluimos todas as obras antes do prazo de lei, sem que ninguém tenha que implorar ao Diretor Presidente e isto é respeito ao Cooperado.**

José Antônio Redígolo (Presidente).

Fausto Mizael (Vice-Presidente) - Manoel Carlos Ribeiro (Secretário).

**Conselho de Administração: Luiz Antônio Rangel, Claudinei Ruis Mestriner,
Orlando Emilio Della Togna e Josimar Alves do Valle**

Conselho Fiscal: Alcides R. Zana, Cláudio João Trolezi e Milton de Lazari.

Suplentes C. Fiscal – Maria Regina M.Kumagai, Dirceu João Borali e Adalberto Sanches Valera.

Carta do Presidente

A Gestão é feita de forma democrática com participação ativa dos Diretores, condição que dá a tranquilidade de avançar na busca da qualidade e excelência no atendimento.

Nossa administração objetiva investimentos pontuais sempre pautados em estudos técnicos, com propósito de buscar a qualidade e satisfação do consumidor, criando para isto sistemas alternativos de abastecimento e manobra.

Mesmo com os investimentos ao longo dos últimos anos, a Cooperativa não oferece risco a seus cooperados.

A Administração trata a todos com isonomia e respeito, sem política de grandeza pessoal. Tudo está em ordem, sem filas nem processos sem solução. Nossas obras são construídas sempre antes do prazo legal.

É certo que nosso trabalho está dando frutos, pois, o consumidor responde com satisfação as pesquisas do IASC levando a CERNHE a prêmio como Distribuidora de maior crescimento no quesito qualidade e satisfação.

O Futuro da energia no País passará por grande transformação e a CERNHE buscará acompanhar da melhor maneira possível. São muitos os fatores, destacando aqui aquisição de energia no mercado livre e o avanço da energia fotovoltaica, bem como a possibilidade de construção de estação de rebaixamento com alto custo de investimento caso se mantenha o crescimento.

Agradeço a Deus pela oportunidade de administrar honrosa empresa, aos colaboradores, diretores e parceiros terceirizados.

José Antonio Redígolo.
Diretor Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERNHE, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED ECD, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, a Gerente, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Pedro Juliano Bete
Contador
CRC – 1SP293404/O-7

Cenário

Podemos dizer que a CERNHE vive seu melhor momento, possuindo ótimos índices de qualidade e satisfação e por conta disto e do apoio das Federações teve o contrato de permissão prorrogado para 2038, o que traz mais tranquilidade, porém, não menos responsabilidades.

A CERNHE cresceu nos últimos 10 anos em número de consumidores, batendo recordes de crescimento anuais de consumo graças aos irrigantes. Por conta disso, o projeto de construção de estação de rebaixamento mantém-se no planejamento futuro.

No cenário nacional, se discute os efeitos da energia fotovoltaica sobre o sistema de distribuição, não sendo possível vislumbrar o futuro para esta questão. Fora isto, observa a escassez de água nos reservatórios e o aumento crescente de Cooperativas aderindo na compra de energia via mercado livre, deixando o mercado cativo na busca de redução de custos da tarifa. A CERNHE acompanha o movimento e determinou estudos de viabilidade.

Ainda neste cenário não temos controle, assim cabe a nós fazermos bem o dever de casa que entendemos ser, investimento pontual e manutenção pesada no sistema mantendo a qualidade conquistada, sendo que em mais 04 anos faremos 100% das estruturas e daí poderemos apenas manter e isto trará menor parcela B e consequentemente menor tarifa ao consumidor, que é nossa próxima meta.

A CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Novo Horizonte, Borborema, Itajobi, Catanduva, Novais, Tabapuã e Irapuã, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 53 anos de existência.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 154 novas ligações, sendo 106 residenciais, 1 industrial, 44 rurais e 3 comerciais, totalizando 4.481 consumidores atendidos pela Permissionária (descontando 2 consumos próprios), número 2,87% superior ao de 2020.

Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	2.576	2.674	2.763	2.867	3.101
Comercial	128	136	142	142	9
Industrial	7	7	8	9	142
Rural	1.220	1.263	1.303	1.316	1.204
Poderes Públicos	6	6	7	6	7
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	10	13	13	14	14
Total	3.949	4.101	4.238	4.356	4.481
Variação	2,65%	3,85%	3,34%	2,78%	2,87%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 22,08 GWh (21,41 GWh em 2020).

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o rural. A classe rural representa uma fatia de 66,57% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,91% em relação ao ano de 2020. A classe residencial representa 17,71% do segmento de mercado e apresentou um decréscimo na ordem de -5,33% em relação ao ano de 2020. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

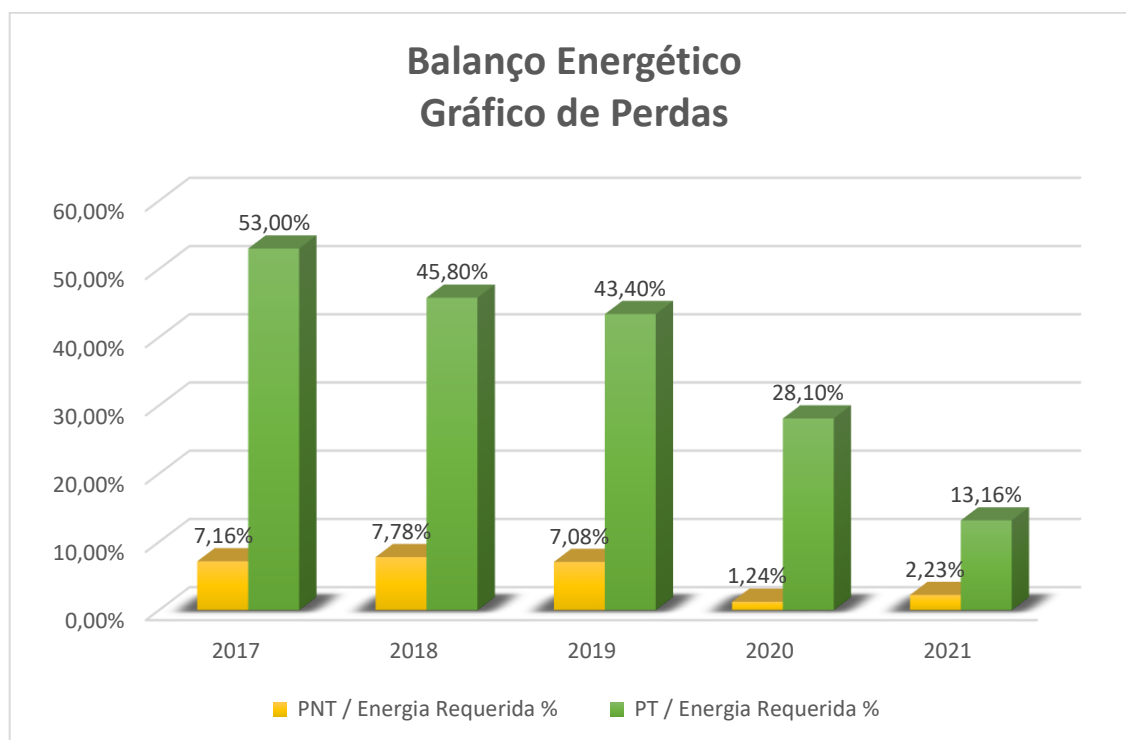
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Fornecimento	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Residencial	3,19	3,37	3,70	4,13	3,91
Comercial	1,11	1,05	1,13	1,08	1,05
Industrial	0,07	0,18	0,47	1,02	1,12
Rural	8,99	10,68	11,03	13,88	14,70
Poderes Públicos	0,05	0,04	0,04	0,04	0,03
Iluminação Pública	0,73	0,78	0,80	0,90	0,88
Serviço Público	0,18	0,32	0,32	0,35	0,39
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Variação	8,94%	14,80%	6,47%	22,35%	3,13%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 1,47% em 2020 para 2021.

Balço Energético

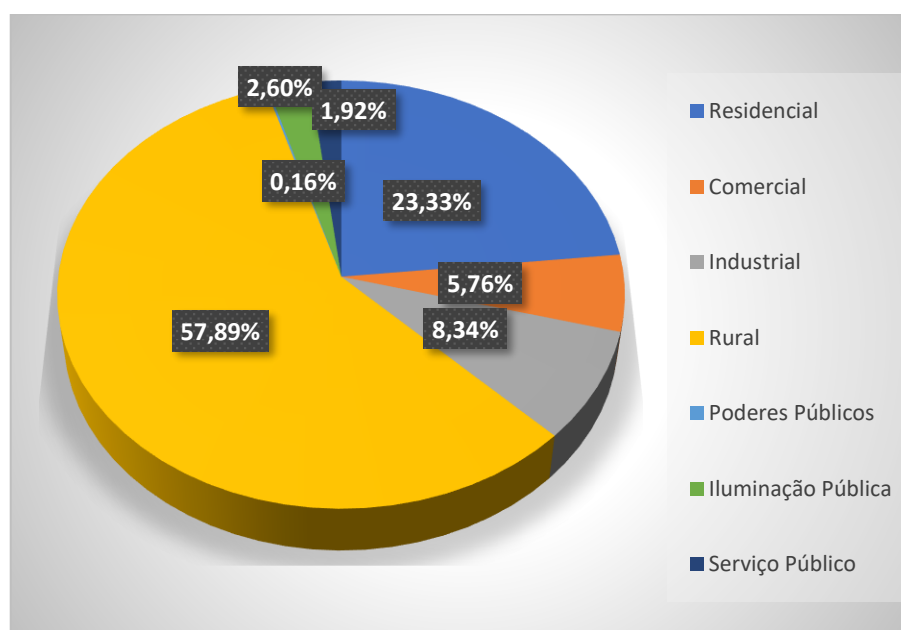
Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	14,31	16,43	17,50	21,41	25,43
- Fornecimento	14,31	16,43	17,50	21,41	25,43
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	16,14	13,89	13,42	8,37	3,35
Perdas Técnicas	13,96	11,53	11,23	8,00	2,78
Perdas não Técnicas - PNT	2,18	2,36	2,19	0,37	0,57
PNT / Energia Requerida %	7,16%	7,78%	7,08%	1,24%	2,23%
Perdas Totais - PT	16,14	13,89	13,42	8,37	3,35
PT / Energia Requerida %	53,0%	45,8%	43,4%	28,1%	13,16%
Total	30,45	30,32	30,92	29,78	25,43



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 11.051,23 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2021	2020	%
Residencial	2.578,12	2.326,85	23,33%
Comercial	636,86	612,48	5,76%
Industrial	922,09	739,27	8,34%
Rural	6.398,05	5.339,50	57,89%
Outros	516,11	476,12	4,67%
Poderes Públicos	17,24	20,5	0,16%
Iluminação Pública	287,08	281,61	2,60%
Serviço Público	211,79	174,01	1,92%
Total	11.051,23	9.494,22	100,00%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 7,32 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2021	2020	Var %
Residencial	3.153	2.867	9,07%
Comercial	145	142	2,07%
Industrial	10	9	10,00%
Rural	1.369	1.316	3,87%
Outros	23	22	4,35%
Poderes Públicos	7	6	14,29%
Iluminação Pública	2	2	0,00%
Serviço Público	14	14	0,00%
Total	4.700	4.356	7,32%

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	594,7667
Comercial	594,7667
Industrial	594,7667
Rural	493,5892

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	KWh31-100	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,19156	0,32838	0,49260	0,54730

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	35,28	16,18	1,429
2018	22,76	11,67	1,430
2019	21,38	12,09	1,615
2020	18,21	10,35	1,646
2021	22,78	12,10	1,564

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Em 2021 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, as sobras líquidas foram de R\$ 4.070,78 mil, contra R\$ 4.260,94 mil em 2020, uma queda de -4,46%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.541,07 mil

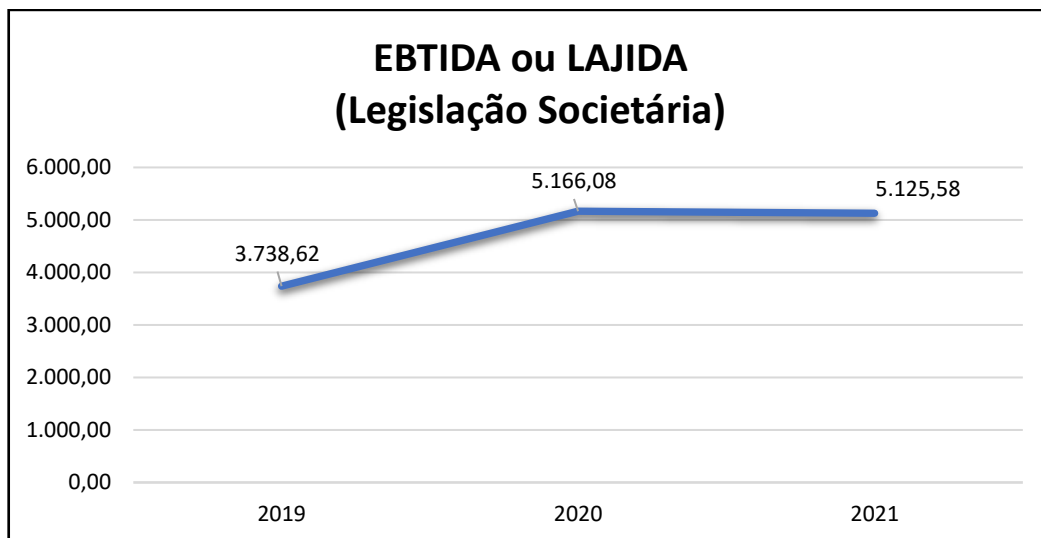
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 3.892,61 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.083,41 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 20.641,01/mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$18.858,86/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 14.497,36 mil, 17,56% superior em relação à 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.125,58 mil, inferior em -0,79% a 2020, que foi de R\$ 5.166,08 mil, conforme evolução abaixo:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Reserva de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.959,55 mil, composto por 1.959,55 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Investimentos

Regulador de Tensão: Equipamento que transformou a qualidade da energia entregue. Antes de nossa administração não existia nenhuma e hoje possuímos 09 conjuntos trifásicos, totalizando 27 equipamentos, sendo 06 conjuntos instalados em 2021.



Chaves Religadoras Automaticas: Já instalamos 12 chaves, dentre essas uma nova tomada aérea do ramal 03 de Novo Horizonte, propiciando melhor análise do sistema. Foi instalada 01 chave religadora automática em 2021.



Chaves Faca: Até 2011 existiam apenas 09 chaves faca no sistema e atualmente possuímos total de 65 chaves instaladas. Estas chaves proporcionam seccionamento para abertura do ramal/alimentador, ou seja, deixando apenas trechos isolados do circuito sem energia para as manutenções e manobras no circuito.

Tomada Aerea do Ramal 03 de Novo Horizonte – Conclusão: Em 09/09/2021 concluímos a energização da nova tomada aérea do ramal 03 de Novo Horizonte. Processo que teve início na troca de ativos em 2008. Em resumo fomos obrigados a eliminar o ramal 03 da cabine de Novo Horizonte para instalar de frente ao lixão municipal com eliminação da rede da Coopen, processo mediado pela Arsesp.



Ramais de Manobra / Interligação: A construção destes ramais transformou e impactou muito na qualidade e satisfação. Precisamos fazer vários, já projetados que não avançam por dificuldade com os produtores.

Recondutoramentos: Procedimento que consiste na substituição de cabos nos ramais, possibilitando a transferência de cargas entre as cabines de Novo Horizonte e Borborema e entre ramais da mesma cabine, fazendo com que menos consumidores fiquem sem energia em condições de desligamentos programados e emergenciais. Foi expandida a capacidade de condução de corrente nos ramais que os cabos foram substituídos, reduzindo as perdas elétricas.

- ✓ Recondutoramento 745m de rede primaria – condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 910m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Porto Ferrão;
- ✓ Recondutoramento 1.150m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 1.970m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 3.170m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 02 NHE – Bairro Pau d’alho;
- ✓ Recondutoramento 960m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 04 NHE – Bairro Laranjeiras;
- ✓ Recondutoramento 1.250m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 01 NHE – Bairro Anastácio;
- ✓ Recondutoramento 1.170m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 04 NHE – Bairro Laranjeiras;

Total de rede recondutorada: 11,32KM

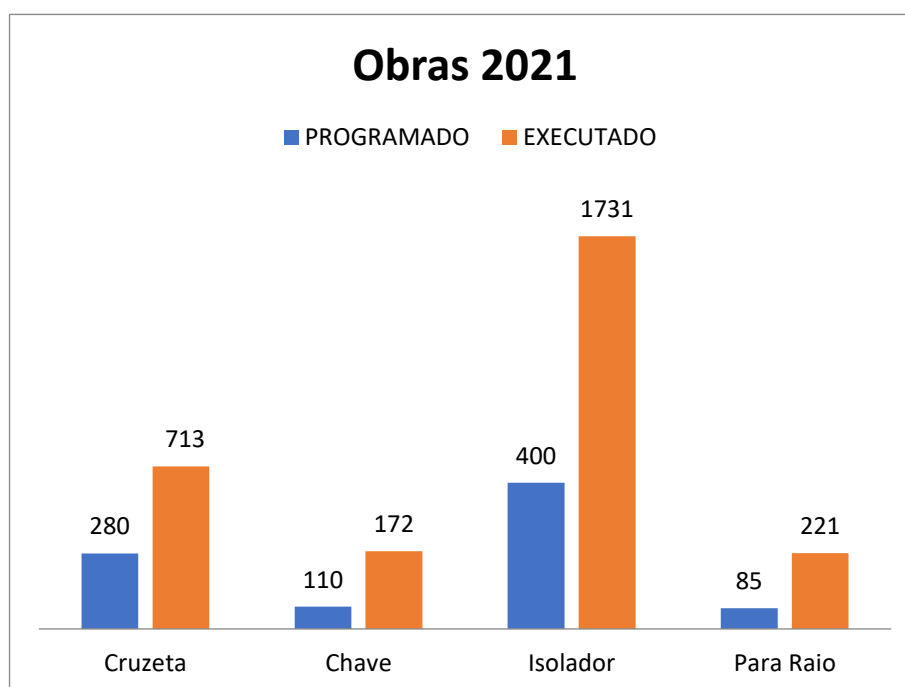
Troca de Medidores: Foram substituídos 258 medidores no total, conforme os motivos abaixo descritos.

MOTIVO	QUANTIDADE
Variação %, queimados (Detectados preventivamente)	93
Desconto irrigante	21
Micro geração	30
Análise do Nível de Tensão (Obrigatórios pela ANEEL)	114

Veículos: Mantendo a linha de investimento para manutenção da frota em condições de uso, em 2021, adquirimos:

- ✓ 01 Camionete Toyota/Hilux - R\$ 159.846,30;
- ✓ 01 Carro Fiat Strada - R\$ 62.000,00;

Obras e Manutenção



Resumo das Obras Realizadas

Realizamos 58 obras em 2021, sendo:

Obras com a participação do consumidor: 31

Obras de manutenção da Cooperativa: 19

Obras 1ª ligação sem custo ao consumidor: 08

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

A CERNHE promove benefícios a seus colaboradores, como **Plano de Saúde/ Participação nos Lucros e Vale Alimentação/Adicional de tempo de serviço/reembolso de remédios**. Os custos destes benefícios somaram em 2021 o total de R\$ 445.681,06, sendo R\$ 106.890,58 com plano de saúde, R\$ 104.265,17 de Participação nos Lucros, R\$ 139.946,95 de Vale alimentação; Adicional por tempo de serviço R\$ 94.578,36; Reembolso remédios para funcionários afastados por acidente de trabalho, conforme acordo coletivo.

No ano de 2021 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2021	2020	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.481	4.356	2,87%
Número de empregados	39	46	-15,22%
Número de consumidores por empregado	115	95	21,33%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	-	-	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	-	-	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km²)	937	937	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MW)	7,28	6,9	5,51%
Distribuição direta (GWh)	22,08	21,44	2,99%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.381	1.430	-3,42%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	569	570	-0,09%
Residencial	595	577	3,08%
Comercial	595	579	2,72%
Industrial	595	682	-12,79%
Rural	494	444	11,17%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	22,78	18,21	25,10%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4	4	0,00%
FEC (número de interrupções)	12,1	10,35	16,91%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,11	0,10	10,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	952,66	945,31	0,78%
Capacidade instalada (MVA)	23,51	22,65	3,80%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	25.034,81	21.319,52	17,43%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.641,01	18.858,86	9,45%
Margem operacional do serviço líquida (%)	21,29%	13,05%	63,12%
EBITDA OU LAJIDA	5.125,58	5.166,08	-0,78%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.070,77	4.260,94	-4,46%
Lucro líquido por mil cotas	0,82	0,85	-3,53%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	29.645,61	25.152,18	17,86%
Valor patrimonial por cota R\$	15,13	14,76	2,51%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,14	0,17	-19,23%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,17	0,17	0,00%
Em moeda nacional (%)	0,17	0,17	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Novo Horizonte, São Paulo, 30 de Abril de 2022

A Administração

2 - Balanço Patrimonial Societário

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.456.376	11.232.912	Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	692.336	816.303
Contas a receber de consumidores e outros	6	2.144.810	2.027.307	Salários e encargos sociais		252.342	254.230
Estoques		549.642	344.337	Impostos e contribuições a recolher		311.085	291.566
Impostos e contribuições a recuperar		269.295	251.239	Provisão para férias e encargos		324.519	243.347
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	7	402.798	407.839	Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	7	256.015	298.788
Outros ativos circulantes	8	1.966.838	1.651.867	Taxas regulamentares		482.331	211.033
Despesas pagas antecipadamente		184.620	35.288	Outros passivos circulantes		81.477	240.768
Total do ativo circulante		18.974.379	15.950.789	Total do passivo circulante		2.400.105	2.356.035
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Capital a restituir		-	424.815
Impostos e contribuições a recuperar		321.278	365.189	Provisão para contingência	13	22.860	22.860
Depósitos judiciais	13	19.657	19.657			22.860	447.675
Ativo financeiro - concessão do serviço público	9	5.695.232	5.441.736				
Investimentos	10	133.879	128.172	Patrimônio líquido	14		
Intangível	11	6.924.155	6.050.347	Capital social		1.959.550	2.008.345
Total do ativo não circulante		13.094.201	12.005.101	Reserva de desenvolvimento		21.075.198	16.736.088
				Reserva legal		2.502.904	2.095.826
				Reserva estatutária		173.334	173.334
				Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES		513.860	678.009
				Sobras à disposição da AGO		3.420.769	3.460.578
				Total do patrimônio líquido		29.645.615	25.152.180
Total do ativo		32.068.580	27.955.890	Total do passivo e patrimônio líquido		32.068.580	27.955.890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Nota	2021			2020		
		Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional líquido	15	6.822.644	3.232.584	10.055.228	6.396.938	2.544.277	8.941.215
Dispêndios do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica comprada para revenda	16	(8.317.910)	(1.782.940)	(10.100.850)	(7.218.157)	(1.288.779)	(8.506.936)
Custo de operação	17	(3.032.344)	(2.013.489)	(5.045.833)	(2.612.170)	(1.731.440)	(4.343.610)
Subvenções		8.748.969	1.876.168	10.625.137	8.439.372	1.507.839	9.947.211
		(2.601.285)	(1.920.261)	(4.521.546)	(1.390.955)	(1.512.380)	(2.903.335)
Sobra bruta		4.221.359	1.312.323	5.533.682	5.005.983	1.031.897	6.037.880
(Dispêndios) ingressos operacionais							
Dispêndios administrativos e gerais		(1.601.777)	(334.329)	(1.936.106)	(1.435.079)	(256.230)	(1.691.309)
Outros dispêndios operacionais líquidos		359.036	(30.999)	328.037	(121.315)	45.882	(75.433)
		(1.242.741)	(365.328)	(1.608.069)	(1.556.394)	(210.348)	(1.766.742)
Sobra operacional		2.978.618	946.995	3.925.613	3.449.589	821.549	4.271.138
Ingresso (dispêndio) financeiro							
Rendas de aplicações financeiras		393.860	82.835	476.695	229.195	38.682	267.877
Acréscimos moratórios de energia elétrica vendida		199.579	-	199.579	91.676	56.457	148.133
Dispêndios financeiros		(155.468)	(32.909)	(188.377)	(123.889)	(22.186)	(146.075)
		437.971	49.926	487.897	196.982	72.953	269.935
Sobra antes dos tributos		3.416.589	996.921	4.413.510	3.646.571	894.502	4.541.073
Contribuição social	18	-	(97.507)	(97.507)	-	(80.506)	(80.506)
Imposto de renda	18	-	(245.227)	(245.227)	-	(199.627)	(199.627)
Sobra líquida do exercício		3.416.589	654.187	4.070.776	3.646.571	614.369	4.260.940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2021	2020
Sobra líquida do exercício	<u>4.070.776</u>	<u>4.260.940</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.070.776</u>	<u>4.260.940</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 de 2020

Em reais

	Capital social	Reserva de desenvolvimento	Reserva legal	Reserva estatutária	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.050.203	13.574.244	1.669.733	173.334	729.834	2.594.671	20.792.019
Incorporação de sobras em reserva	-	2.594.671	-	-	-	(2.594.671)	-
Baixa de capital	(1.255)	-	-	-	-	-	(1.255)
Realização da RATES	-	-	-	-	(264.872)	264.872	-
Incorporação de capital a restituir	(40.603)	141.079	-	-	-	-	100.476
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.260.940	4.260.940
Constituição de reservas	-	426.094	426.093	-	213.047	(1.065.234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.008.345	16.736.088	2.095.826	173.334	678.009	3.460.578	25.152.180
Incorporação de sobras em reserva	-	3.460.578	-	-	-	(3.460.578)	-
Integralização de capital	200	-	-	-	-	-	-
Baixa de capital	(2.356)	-	-	-	-	-	(2.356)
Realização da RATES	-	-	-	-	(367.688)	367.688	-
Incorporação de capital a restituir	(46.639)	471.454	-	-	-	-	424.815
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	4.070.776	4.070.776
Constituição de reservas	-	407.078	407.078	-	203.539	(1.017.695)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.959.550	21.075.198	2.502.904	173.334	513.860	3.420.769	29.645.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	4.070.776	4.260.940
Ajustes por:		
Amortização	783.912	687.470
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.029	2.104
Resultado na alienação de bens e direitos	248.981	291.236
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	(118.430)	(388.417)
Estoques	(205.305)	(136.611)
Impostos e contribuições a recuperar	25.855	(97.243)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	5.041	(311.351)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(464.405)	(570.622)
Depósitos judiciais		(19.657)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(123.967)	274.403
Salários e encargos sociais	(1.888)	(7.169)
Impostos e contribuições a recolher	19.519	145.720
Provisão para férias e encargos	81.172	(69.802)
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(42.773)	(165.050)
Taxas regulamentares	271.298	(37.978)
Outros passivos circulantes	(159.291)	215.155
Provisão para contingência	-	22.860
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.391.524	4.095.988
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível e do ativo financeiro	(2.160.197)	(2.888.810)
Aumento em investimentos	(5.707)	(10.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.165.904)	(2.899.157)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	200	-
Baixas de capital	(2.356)	(1.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.156)	(1.255)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.223.464	1.195.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Operações sociais

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE, que contava com 2.630 e 2.730 cooperados no final de 2021 e de 2020, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 30 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de trinta anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Borborema, Catanduva, Irapuã, Itajobi, Novais, Novo Horizonte e Tabapuã, todos no Estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização a permissionária (vide notas nºs 9 e 11).

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente (vide nota nº 9).

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao contrato de concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória) (vide nota nº 9).

Efeitos da COVID-19: A Administração da Cooperativa realizou análises sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no exercício, e concluiu que o principal efeito em suas demonstrações financeiras é o atraso na aplicação do reajuste tarifário (12,68%), que foi aprovado em 28 de julho de 2020, porém só pode ser aplicado a partir de 30 de julho de 2020, afetando, com isso, os ingressos. Em 2021 o reajuste foi efetuado também no mês de julho, porém reflete ao novo ciclo de revisão que passa a ser no período de julho de cada exercício, de acordo com o terceiro aditivo de concessão formalizado em 15 de dezembro de 2020.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), considerando as peculiaridades da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e as normas e instruções da ANEEL. Consideram, ainda, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no que foi julgado pertinente e relevante para a Cooperativa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 4 de fevereiro de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de apresentação da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Apuração do resultado (sobras ou perdas)

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e despesas de operações com terceiros, foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios. Os ingressos e receitas são reconhecidos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cooperativa e quando possa ser mensurável de forma confiável. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, que corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real que é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; valores a receber da Parcela A e outros ativos financeiros; e ativo financeiro – concessão do serviço público.

A Cooperativa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que

não é Valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Cooperativa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cooperativa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cooperativa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado, com base tanto: (a) no modelo de negócios da Cooperativa para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Cooperativa mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Cooperativa pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio de resultados, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cooperativa altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas

por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem: fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; valores a devolver da Parcela A e outros passivos financeiros, taxas regulamentares.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Cooperativa desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

d **Contas a receber de consumidores e outros**

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

e **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos

a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A Administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

f Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e os materiais destinados a aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificadas no ativo intangível e estão registrados ao custo médio de aquisição (custo médio ponderado), e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Refere-se aos valores a receber e a devolver de Parcela A devido a variação dos custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas revisões e/ou reajustes tarifários. Esses valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

h Ativo financeiro – concessão do serviço público

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e são deduzidos das obrigações especiais da união.

i Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

j Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura (bens), utilizada pela Cooperativa como parte do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, que dá o direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado. É avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido da reintegração acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Administração da Cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de concessão e da Orientação Técnica CTG 05 – Contratos de Concessão.

k Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Cooperativa revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

l Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

n Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

o Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4 Taxas regulamentares

a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à permissionária é recolhido em duodécimo.

c Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo permissionário.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.668.370	1.056.023
Aplicações financeiras de liquidez imediata – CDB	11.788.006	10.176.889
	13.456.376	11.232.912

A Cooperativa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos seus valores de custo acrescidos por rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições oficiais que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, considerando a época, o tipo, valor e prazo, tendo como característica alta liquidez e baixo risco de perda, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

6 Contas a receber de consumidores e outros

a Composição do saldo

	2021	2020
Setor privado		
Residencial	754.311	525.332
Industrial	39.831	42.548
Comercial	170.754	131.329
Rural	933.269	1.114.042
	1.898.165	1.813.251
Poder público	1.896	1.938
Iluminação pública	44.225	63.474
Serviço público	12.164	12.314
Participação financeira	11.086	27.335
	69.371	105.061
Outros valores a receber	197.284	128.078
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.010)	(19.083)
	2.144.810	2.027.307

b Contas a receber por vencimento

Descrição	2021				2020			
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Setor privado								
Residencial	647.068	98.253	8.990	754.311	444.857	70.533	9.942	525.332
Industrial	39.396	342	93	39.831	42.192	263	93	42.548
Comercial	139.479	30.109	1.166	170.754	106.549	23.129	1.651	131.329
Rural	745.584	175.696	11.989	933.269	887.766	215.429	10.847	1.114.042
	1.571.527	304.400	22.238	1.898.165	1.481.364	309.354	22.533	1.813.251
Poder público	1.896	-	-	1.896	1.938	-	-	1.938
Iluminação pública	44.225	-	-	44.225	45.821	17.653	-	63.474
Serviço público	12.164	-	-	12.164	12.314	-	-	12.314
Participação financeira	11.086	-	-	11.086	27.335	-	-	27.335
	69.371	-	-	69.371	87.408	17.653	-	105.061
	1.640.898	304.400	22.238	1.967.536	1.568.772	327.007	22.533	1.918.312

c Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2021	2020
Saldo inicial	<u>(19.083)</u>	<u>(18.178)</u>
Complemento de provisão	<u>(927)</u>	<u>(905)</u>
Saldo final	<u>(20.010)</u>	<u>(19.083)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL, e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7 Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Tratam-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista e estão compostos da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	87.317	5.787
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	13.807	829
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	4.360	294
CUSD PIS e COFINS	<u>297.314</u>	<u>400.929</u>
	<u>402.798</u>	<u>407.839</u>
Passivo		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (i)	203.588	151.768
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (ii)	28.074	21.085
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	10.355	7.461
Bandeiras tarifárias a recolher	-	105.435
Compensação DIC/FIC IRT	<u>13.998</u>	<u>13.039</u>
	<u>256.015</u>	<u>298.788</u>

- (i) Criada pela Lei nº 10.438/02, com redação alterada pelas Leis nº 12.783/13 e nº 12.839/13, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, tem como finalidade: promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada aos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, termos solar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados; prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição.
- (ii) Instituído pela Lei nº 10.438/02, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétricas – Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção

de energia elétrica no país, tais como: energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. A cada final de ano, com base nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, a ANEEL publica as cotas anuais de energia e de custeio a serem pagas em duodécimos, por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que pagam pela utilização das redes de distribuição, calculadas com base na previsão de geração de energia das usinas integrantes do PROINFA e nos referentes custos apresentados no Plano Anual específico elaborado pela ELETROBRÁS. São excluídos deste rateio os consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda.

8 Outros ativos circulantes

	2021	2020
Subsídio CDE - Água e esgoto e saneamento	3.923	5.793
Subsídio CDE - Rural e rural irrigante (i)	1.008.628	1.004.113
Subvenção baixa densidade de carga (ii)	768.079	574.160
Outros valores a receber	187.188	68.679
	1.967.818	1.652.745
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(980)	(878)
	1.966.838	1.651.867

(i) Refere-se a subvenção a receber com base no faturamento de energia para consumidores rurais e rurais irrigantes, que possuem descontos em suas tarifas.

(ii) Refere-se a subvenção a receber relativos a baixa densidade de carga, calculado em relação a principal supridora na região da permissionária. Essa subvenção é um item financeiro, atualizado, portanto, anualmente conforme cálculo tarifário.

9 Ativo financeiro – concessão do serviço público

O Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, de 30 de junho de 2008, regulamenta a exploração, a título precário, de serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de permissão definida contratualmente.

O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados, os padrões de desempenho para a prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações são realizados investimentos constantes durante todo o prazo do contrato de concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente, mediante

pagamento de indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmulas paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados, ou depreciados até o final da concessão, apurados com base no valor de reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e b) Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o valor de reposição (“VNR”), classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores (nota nº 11). A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que esta originalmente representada pelo ativo intangível da Cooperativa é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de depreciação, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

A parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

As concessões de distribuição não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato tem prazo de vigência de 30 anos e preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, mediante requerimento da permissionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às permissionárias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os saldos referentes aos ativos indenizáveis (concessão) estão assim apresentados:

	2021	2020
Ativo financeiro – concessão do serviço público	5.934.599	5.987.364
Obrigações especiais vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica	(239.367)	(545.628)
	5.695.232	5.441.736

10 Investimentos

	2021	2020
Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – FECOERESP	1.000	1.000
Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus	132.879	127.172
	133.879	128.172

11 Intangível

a Composição do saldo

	2021	2020
Em serviço	18.673.520	16.568.935
Em curso	1.616.575	1.675.408
Transferência para ativo financeiro – concessão do serviço público	(5.934.599)	(5.987.364)
	14.355.496	12.256.979
(-) Amortização acumulada	(5.934.599)	(5.299.853)
	8.420.897	6.957.126
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	(1.496.742)	(906.779)
	6.924.155	6.050.347

b Movimentação do intangível

	Saldo em 1º/1/2020	Adições	Baixas/ amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Em serviço	14.399.343	164.529	(253.010)	2.258.073	16.568.935	32.544	(382.039)	2.454.080	18.673.520
Em curso	1.197.775	2.922.614	(187.427)	(2.257.554)	1.675.408	2.411.355	(16.108)	(2.454.080)	1.616.575
Transferência para/do ativo financeiro – concessão do serviço público	(5.187.113)	-	-	(800.251)	(5.987.364)	-	-	52.765	(5.934.599)
	10.410.005	3.087.143	(440.437)	(799.732)	12.256.979	2.443.899	(398.147)	52.765	14.355.496
(-) Amortização acumulada	(4.761.066)	149.201	(687.470)	(518)	(5.299.853)	(783.912)	149.166	-	(5.934.599)
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (i)	(816.978)	-	-	(89.801)	(906.779)	-	-	(589.963)	(1.496.742)
	4.831.961	3.236.344	(1.127.907)	(890.051)	6.050.347	1.659.987	(248.981)	(537.198)	6.924.155

O ativo intangível é constituído pela parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, compostos pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, e deduzidos de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e amortização acumulada.

A Administração da Cooperativa entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – concessão do serviço público (nota nº 9).

- (i) **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União e dos consumidores, destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura.

Ao final da concessão, o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Participação da União Federal (ii)	132.084	132.084
Participação financeira do consumidor	1.364.658	774.695
	<u>1.496.742</u>	<u>906.779</u>

- (ii) **Programa Luz para Todos:** o Decreto Presidencial nº 4.873/03, alterado pelo Decreto nº 6.442/09, institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz Para Todos”, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público.

12 Fornecedores e supridores de energia elétrica

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Supridores de energia elétrica	627.740	655.075
Materiais e serviços	64.596	161.228
	<u>692.336</u>	<u>816.303</u>

13 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis, e que são parcialmente cobertas por depósitos judiciais:

	Provisão para contingência		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	<u>22.860</u>	<u>22.860</u>	<u>19.657</u>	<u>19.657</u>

No desenvolvimento de suas operações, a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações cíveis. Portanto, a Cooperativa é parte envolvida em ações que são discutidas na esfera judicial.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu registro de provisão para contingências para as ações a seguir:

	2021	2020
Cíveis	29.940	16.454
Trabalhistas	260.543	-
	<u>290.483</u>	<u>16.454</u>

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa; e
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa.

c **Sobras à disposição da AGO**

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

	2021	2020
Sobra líquida do exercício	4.070.776	4.260.940
Realização RATES	367.688	264.872
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Desenvolvimento	(407.078)	(426.094)
Legal	(407.078)	(426.093)
RATES	(203.539)	(213.047)
Sobras à disposição da AGO	3.420.769	3.460.578

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

15 Ingresso operacional líquido

a Composição de saldo

	2021			2020		
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Ato cooperado	Não cooperado	Total
Ingresso operacional bruto						
Fornecimento de energia	9.838.534	4.406.720	14.245.254	7.853.749	3.226.166	11.079.915
Variação da Neutralidade da Parcela A e outros itens financeiros (i)	117.220	25.084	142.304	235.270	42.196	277.466
	9.955.754	4.431.804	14.387.558	8.089.019	3.268.362	11.357.381
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes sobre energia elétrica	(949.489)	(717.988)	(1.667.477)	(847.684)	(565.374)	(1.413.058)
Encargos setoriais	(1.227.029)	(263.013)	(1.490.042)	(46.199)	(8.249)	(54.448)
Adicional de bandeira vermelha	(956.592)	(218.219)	(1.174.811)	(798.198)	(150.462)	(948.660)
	(3.133.110)	(1.199.220)	(4.332.330)	(1.692.081)	(724.085)	(2.416.166)
Ingresso operacional líquido	6.822.644	3.232.584	10.055.228	6.396.938	2.544.277	8.941.215

- (i) O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Cooperativa em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados Parcela A, e os efetivamente contemplados na tarifa a cada reajuste/ revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Cooperativa.

Conforme a Comunicado Técnico CTG 08, tornou-se obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, assinado no exercício de 2015 (vide nota nº 1), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a pagar ou receber. Ainda, o comunicado técnico demonstra que a assinatura do aditivo dos contratos de concessão é um fato novo e não uma mudança de prática contábil, portanto todos os efeitos das apurações da Parcela A foram registrados no resultado do exercício.

b Fornecimento de energia elétrica

	Número de consumidores (i)		MWh (i)		2021			2020		
	2021	2020	2021	2020	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
Consumidores										
Residencial	3.153	2.892	4.351	4.134	1.942.253	1.550.933	3.493.186	1.674.508	1.163.523	2.838.031
Industrial	10	9	1.125	1.018	1.006.587	198.554	1.205.141	707.030	198.698	905.728
Comercial	145	145	1.071	1.084	466.570	424.288	890.858	469.646	295.828	765.474
Rural	1.369	1.339	14.873	13.881	5.915.854	1.948.971	7.864.825	4.529.145	1.317.071	5.846.216
Poder público	7	6	29	36	21.899	1592	23.491	25.111	-	25.111
Iluminação pública	2	2	878	904	176.272	267.797	444.069	142.524	218.153	360.677
Serviço público	14	14	387	350	287.675	6.288	293.963	215.814	3.429	219.243
Consumo próprio	2	2	14	17	-	-	-	-	-	-
Receita não faturada	-	-	-	-	-	-	-	89.971	29.464	119.435
	4.702	4.409	22.728	21.424	9.817.110	4.398.423	14.215.533	7.853.749	3.226.166	11.079.915

(i) Informações não examinadas por auditores independentes.

c Impostos incidentes sobre energia elétrica

	2021			2020		
	Cooperados	Não cooperado	Total	Cooperados	Não cooperado	Total
ICMS	(949.357)	(558.681)	(1.508.038)	(847.532)	(440.674)	(1.288.206)
PIS	-	(28.369)	(28.369)	-	(22.207)	(22.207)
COFINS	-	(130.938)	(130.938)	-	(102.493)	(102.493)
ISS	(132)	-	(132)	(152)	-	(152)
	(949.489)	(717.988)	(1.667.477)	(847.684)	(565.374)	(1.413.058)

d **Adicional de bandeira vermelha**

	2021	2020
Adicional de bandeira vermelha	(1.174.811)	(948.660)

16 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020	KWh (i)	
	2021	2020	2021	2020
Energia elétrica comprada	(9.932.887)	(8.361.003)	24.950.535	22.449.854
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(167.963)	(145.933)	-	-
	(10.100.850)	(8.506.936)	24.950.535	22.449.854

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

17 Custo de operação

	2021	2020
Pessoal	(2.439.311)	(2.306.204)
Material	(1.069.021)	(806.088)
Serviços de terceiros	(589.926)	(380.708)
Depreciação e amortização	(669.684)	(584.776)
Seguros	(52.054)	(52.517)
Tributos	(157.243)	(122.004)
Outros	(90.738)	(131.049)
(-) Recuperação de despesas	22.144	39.736
	(5.045.833)	(4.343.610)

18 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Sobras antes dos tributos	4.413.510	4.541.073
Exclusão:		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(3.330.100)	(3.646.571)
Base de cálculo	1.083.410	894.502
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(160.886)	(134.177)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(84.341)	(65.450)
	(245.227)	(199.627)
Contribuição social – 9%	(97.507)	(80.506)

19 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore. A energia elétrica fornecida é baseada nas tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Parte relacionada	Natureza da operação	2021	2020
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	92.685	60.051
Conselho de Administração	Remuneração	393.331	395.397
Conselho de Administração	Capital social	14.823	16.809
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	10.638	8.854
Conselho Fiscal	Remuneração	21.431	22.914
Conselho Fiscal	Capital social	5.538	5.006

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros.

a Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	Classificação	2021	2020
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	1.668.370	1.056.023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	11.788.006	10.176.889
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	2.144.810	2.027.307
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(i)	402.798	407.839
Ativo financeiro – concessão do serviço público	(i)	5.695.232	5.441.736
		21.699.216	19.109.794
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	692.336	816.303
Capital a restituir	(i)	-	424.815
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(i)	256.015	298.788
Taxas regulamentares	(i)	482.331	211.033
		1.430.682	1.750.939

Classificação:

(i) Custo amortizado.

A Cooperativa aplica os procedimentos contábeis emitidos pelo CFC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer divulgação pelo nível de hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Cooperativa mantém ativo financeiro – concessão de serviço público e os valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros classificados no nível 3.

b Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

c Risco de crédito

Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

d Risco de gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Cooperativa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total do passivo	2.422.965	2.803.710
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.456.376)</u>	<u>(11.232.912)</u>
Sobra de caixa em relação a dívida (A)	<u>(11.033.411)</u>	<u>(8.429.202)</u>
Total do patrimônio líquido (B)	29.645.615	25.152.180
Índice da sobra de caixa em relação a dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/ (B)	(0,37)	(0,34)

e Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

21 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Societária



**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE**
CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114
PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401
e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Societária representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2021; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.

Nome Completo

Assinatura

Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Conselheiro Fiscal Efetivo - CLÁUDIO JOÃO TROLEZI

Conselheiro Fiscal Efetivo - MILTON DE LAZARI

Av. Guido Della Togna, 784 – Cx. P. 60 – CEP. 14.960-000
Novo Horizonte – SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar
CEP 14021-613 - Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE
Novo Horizonte SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE** (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - CERNHE** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 4 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3

OCTAVIO BUTION

NETO:19952411804

Octávio Bution Neto

CRC 1SP243568/O-1

Assinado de forma digital por
OCTAVIO BUTION
NETO:19952411804
Dados: 2022.03.15 14:30:44 -03'00'

3 - Relatório da Administração Regulatório

Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta da Diretoria

Em 2021 a CERNHE voltou a ganhar prêmio IASC/ANEEL. Desta vez ficou em 1º lugar a nível Brasil como Distribuidora até 10 mil consumidores com maior crescimento no quesito satisfação do consumidor.

Isto demonstra que a administração está correta quando foca forte na manutenção, investimentos pontuais e solução definitiva das coisas objetivando longo prazo. Hoje temos um sistema estável em que o consumidor confia e responde bem as pesquisas.

Quem investe no meio rural se preocupa apenas com seus negócios, pois confiam na estabilidade da energia.

Nossa meta é completar os processos de manutenção e investimentos, para depois manter e focar na redução da tarifa.

O projeto para operações remotas via C.O.D. continua avançando para conclusão nos próximos 04 anos.

Estamos buscando alternativas de compra de energia mais barata para reduzir tarifas, através de leilões de energia no mercado livre que já é uma realidade.

- ✓ **Sua Cooperativa é bem administrada e não oferece risco ao Cooperado;**
- ✓ **Atende a todos com eficiência, cordialidade e ética profissional;**
- ✓ **Consumidor está satisfeito com a qualidade;**
- ✓ **Não existem processos parados;**
- ✓ **Concluimos todas as obras antes do prazo de lei, sem que ninguém tenha que implorar ao Diretor Presidente e isto é respeito ao Cooperado.**

José Antônio Redígolo (Presidente).

Fausto Mizael (Vice-Presidente) - Manoel Carlos Ribeiro (Secretário).

**Conselho de Administração: Luiz Antônio Rangel, Claudinei Ruis Mestriner,
Orlando Emilio Della Togna e Josimar Alves do Valle**

Conselho Fiscal: Alcides R. Zana, Cláudio João Trolezi e Milton de Lazari.

Suplentes C. Fiscal – Maria Regina M.Kumagai, Dirceu João Borali e Adalberto Sanches Valera.

Carta do Presidente

A Gestão é feita de forma democrática com participação ativa dos Diretores, condição que dá a tranquilidade de avançar na busca da qualidade e excelência no atendimento.

Nossa administração objetiva investimentos pontuais sempre pautados em estudos técnicos, com propósito de buscar a qualidade e satisfação do consumidor, criando para isto sistemas alternativos de abastecimento e manobra.

Mesmo com os investimentos ao longo dos últimos anos, a Cooperativa não oferece risco a seus cooperados.

A Administração trata a todos com isonomia e respeito, sem política de grandeza pessoal. Tudo está em ordem, sem filas nem processos sem solução. Nossas obras são construídas sempre antes do prazo legal.

É certo que nosso trabalho está dando frutos, pois o consumidor responde com satisfação as pesquisas do IASC levando a CERNHE a prêmio como Distribuidora de maior crescimento no quesito qualidade e satisfação.

O Futuro da energia no País passará por grande transformação e a CERNHE buscará acompanhar da melhor maneira possível. São muitos os fatores, destacando aqui aquisição de energia no mercado livre e o avanço da energia fotovoltaica, bem como a possibilidade de construção de estação de rebaixamento com alto custo de investimento caso se mantenha o crescimento.

Agradeço a Deus pela oportunidade de administrar honrosa empresa, aos colaboradores, diretores e parceiros terceirizados.

José Antonio Redígolo.
Diretor Presidente

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERNHE, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal têm implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED ECD, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, a Gerente, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Pedro Juliano Bete
Contador
CRC – 1SP293404/O-7

Cenário

Podemos dizer que a CERNHE vive seu melhor momento, possuindo ótimos índices de qualidade e satisfação e por conta disto e do apoio das Federações teve o contrato de permissão prorrogado para 2038, o que traz mais tranquilidade, porém, não menos responsabilidades.

A CERNHE cresceu nos últimos 10 anos em número de consumidores, batendo recordes de crescimento anuais de consumo graças aos irrigantes. Por conta disso, o projeto de construção de estação de rebaixamento mantém-se no planejamento futuro.

No cenário nacional, se discute os efeitos da energia fotovoltaica sobre o sistema de distribuição, não sendo possível vislumbrar o futuro para esta questão. Fora isto, observa a escassez de água nos reservatórios e o aumento crescente de Cooperativas aderindo na compra de energia via mercado livre, deixando o mercado cativo na busca de redução de custos da tarifa. A CERNHE acompanha o movimento e determinou estudos de viabilidade.

Ainda neste cenário não temos controle, assim cabe a nós fazermos bem o dever de casa que entendemos ser, investimento pontual e manutenção pesada no sistema mantendo a qualidade conquistada, sendo que em mais 04 anos faremos 100% das estruturas e daí poderemos apenas manter e isto trará menor parcela B e conseqüentemente menor tarifa ao consumidor, que é nossa próxima meta.

A CERNHE - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Novo Horizonte, Borborema, Itajobi, Catanduva, Novais, Tabapuã e Irapuã, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 53 anos de existência.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 154 novas ligações, sendo 106 residenciais, 1 industrial, 44 rurais e 3 comerciais, totalizando 4.481 consumidores atendidos pela Permissionária (descontando 2 consumos próprios), número 2,87% superior ao de 2020.

Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	2.576	2.674	2.763	2.867	3.101
Comercial	128	136	142	142	9
Industrial	7	7	8	9	142
Rural	1.220	1.263	1.303	1.316	1.204
Poderes Públicos	6	6	7	6	7
Iluminação Pública	2	2	2	2	2
Serviço Público	10	13	13	14	14
Total	3.949	4.101	4.238	4.356	4.481
Variação	2,65%	3,85%	3,34%	2,78%	2,87%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 22,08 GWh (21,41 GWh em 2020).

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o rural. A classe rural representa uma fatia de 66,57% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,91% em relação ao ano de 2020. A classe residencial representa 17,71% do segmento de mercado e apresentou um decréscimo na ordem de -5,33% em relação ao ano de 2020. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

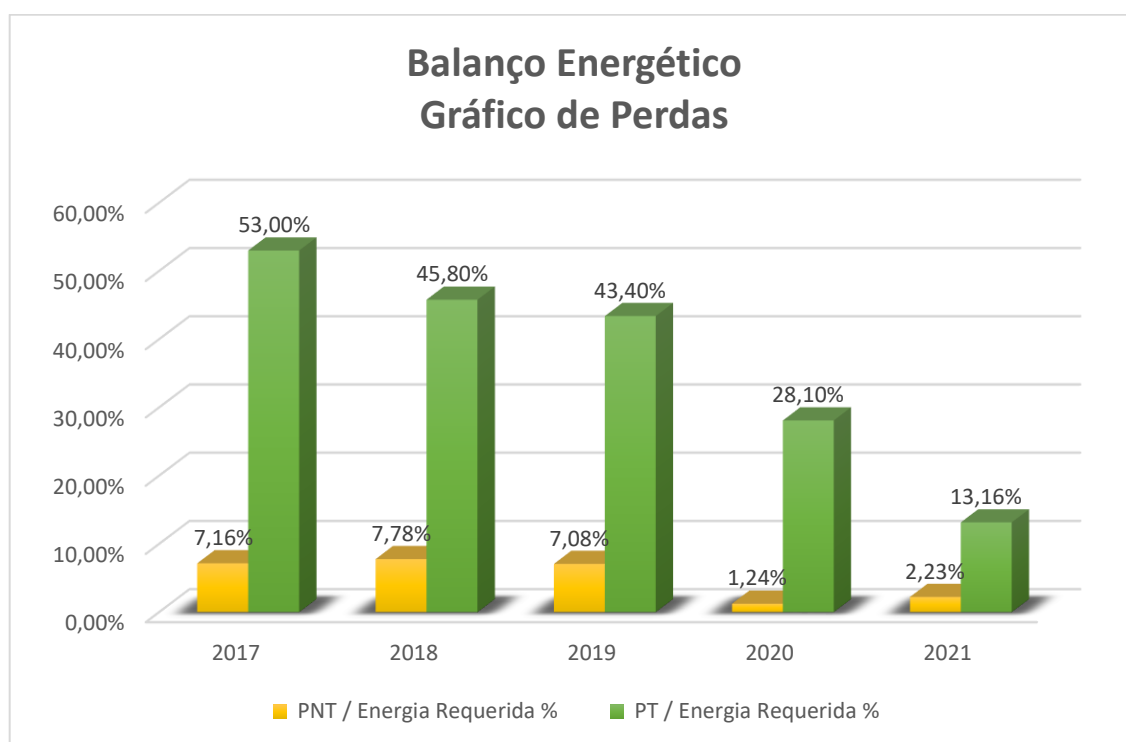
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Fornecimento	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Residencial	3,19	3,37	3,70	4,13	3,91
Comercial	1,11	1,05	1,13	1,08	1,05
Industrial	0,07	0,18	0,47	1,02	1,12
Rural	8,99	10,68	11,03	13,88	14,70
Poderes Públicos	0,05	0,04	0,04	0,04	0,03
Iluminação Pública	0,73	0,78	0,80	0,90	0,88
Serviço Público	0,18	0,32	0,32	0,35	0,39
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Variação	8,94%	14,80%	6,47%	22,35%	3,13%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 1,47% em 2020 para 2021.

Balço Energético

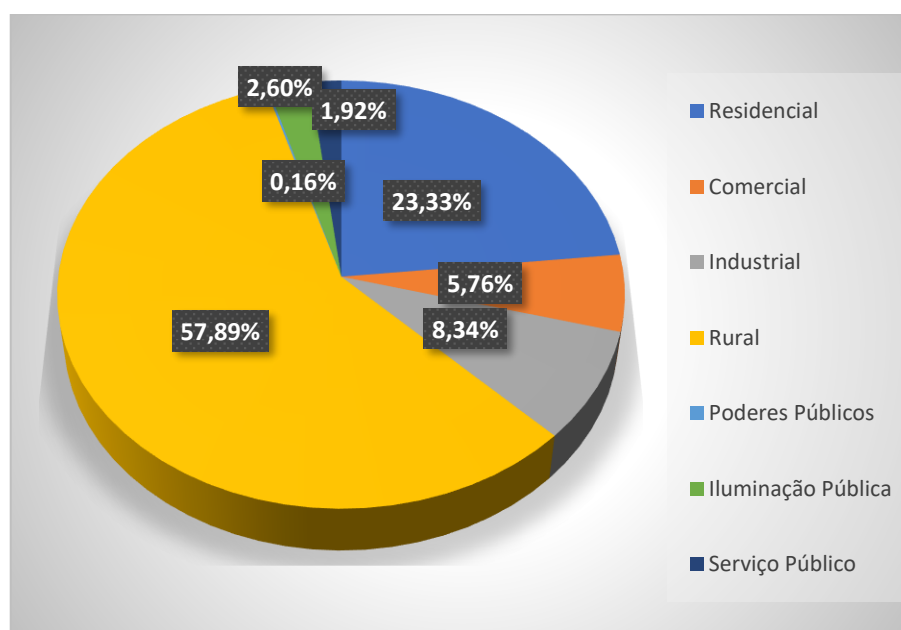
Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	14,31	16,43	17,50	21,41	25,43
- Fornecimento	14,31	16,43	17,50	21,41	25,43
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	14,31	16,43	17,50	21,41	22,08
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	16,14	13,89	13,42	8,37	3,35
Perdas Técnicas	13,96	11,53	11,23	8,00	2,78
Perdas não Técnicas - PNT	2,18	2,36	2,19	0,37	0,57
PNT / Energia Requerida %	7,16%	7,78%	7,08%	1,24%	2,23%
Perdas Totais - PT	16,14	13,89	13,42	8,37	3,35
PT / Energia Requerida %	53,0%	45,8%	43,4%	28,1%	13,16%
Total	30,45	30,32	30,92	29,78	25,43



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 11.051,23 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2021	2020	%
Residencial	2.578,12	2.326,85	23,33%
Comercial	636,86	612,48	5,76%
Industrial	922,09	739,27	8,34%
Rural	6.398,05	5.339,50	57,89%
Outros	516,11	476,12	4,67%
Poderes Públicos	17,24	20,5	0,16%
Iluminação Pública	287,08	281,61	2,60%
Serviço Público	211,79	174,01	1,92%
Total	11.051,23	9.494,22	100,00%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 7,32 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2021	2020	Var %
Residencial	3.153	2.867	9,07%
Comercial	145	142	2,07%
Industrial	10	9	10,00%
Rural	1.369	1.316	3,87%
Outros	23	22	4,35%
Poderes Públicos	7	6	14,29%
Iluminação Pública	2	2	0,00%
Serviço Público	14	14	0,00%
Total	4.700	4.356	7,32%

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	594,7667
Comercial	594,7667
Industrial	594,7667
Rural	493,5892

Tarifa Por faixa de Consumo Residencial Baixa Renda	01 -30 KWh	KWh31-100	101 - 220 KWh	acima de 220 KWh
Tarifas Brutas	0,19156	0,32838	0,49260	0,54730

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	35,28	16,18	1,429
2018	22,76	11,67	1,430
2019	21,38	12,09	1,615
2020	18,21	10,35	1,646
2021	22,78	12,10	1,564

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação aconteceram no ano de 2015 os quais foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECD – Escrituração Contábil Digital e ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Em 2021 foram somente realizadas as manutenções e atualizações dos sistemas implementados no ano anterior a fim de manter-se sempre afinada com as inúmeras exigências fiscais e tributárias bem como as obrigações acessórias pertinentes a atividade desta Permissionária.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, as sobras líquidas foram de R\$ 4.070,78 mil, contra R\$ 4.260,94 mil em 2020, uma queda de -4,46%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.541,07 mil

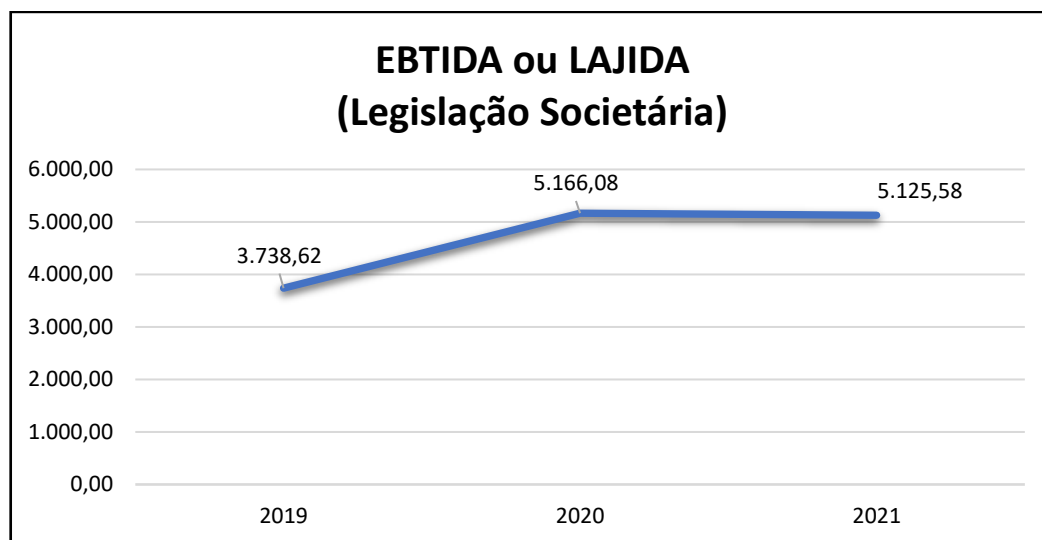
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 3.892,61 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 1.083,41 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 20.641,01/mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$18.858,86/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 14.497,36 mil, 17,56% superior em relação à 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.125,58 mil, inferior em -0,79% a 2020, que foi de R\$ 5.166,08 mil, conforme evolução abaixo:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Reserva de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.959,55 mil, composto por 1.959,55 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Investimentos

Regulador de Tensão: Equipamento que transformou a qualidade da energia entregue. Antes de nossa administração não existia nenhuma e hoje possuímos 09 conjuntos trifásicos, totalizando 27 equipamentos, sendo 06 conjuntos instalados em 2021.



Chaves Religadoras Automaticas: Já instalamos 12 chaves, dentre essas uma nova tomada aérea do ramal 03 de Novo Horizonte, propiciando melhor análise do sistema. Foi instalada 01 chave religadoras automática em 2021.



Chaves Faca: Até 2011 existiam apenas 09 chaves faca no sistema e atualmente possuímos total de 65 chaves instaladas. Estas chaves proporcionam seccionamento para abertura do ramal/alimentador, ou seja, deixando apenas trechos isolados do circuito sem energia para as manutenções e manobras no circuito.

Tomada Aerea do Ramal 03 de Novo Horizonte – Conclusão: Em 09/09/2021 concluímos a energização da nova tomada aérea do ramal 03 de Novo Horizonte. Processo que teve início na troca de ativos em 2008. Em resumo fomos obrigados a eliminar o ramal 03 da cabine de Novo Horizonte para instalar de frente ao lixão municipal com eliminação da rede da Coopen, processo mediado pela Arsesp.



Ramais de Manobra / Interligação: A construção destes ramais transformou e impactou muito na qualidade e satisfação. Precisamos fazer vários, já projetados que não avançam por dificuldade com os produtores.

Recondutoramentos: Procedimento que consiste na substituição de cabos nos ramais, possibilitando a transferência de cargas entre as cabines de Novo Horizonte e Borborema e entre ramais da mesma cabine, fazendo com que menos consumidores fiquem sem energia em condições de desligamentos programados e emergenciais. Foi expandida a capacidade de condução de corrente nos ramais que os cabos foram substituídos, reduzindo as perdas elétricas.

- ✓ Recondutoramento 745m de rede primaria – condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 910m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Porto Ferrão;
- ✓ Recondutoramento 1.150m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE/BOR – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 1.970m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 03 NHE – Bairro Aparecida;
- ✓ Recondutoramento 3.170m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 02 NHE – Bairro Pau d’alho;
- ✓ Recondutoramento 960m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 04 NHE – Bairro Laranjeiras;
- ✓ Recondutoramento 1.250m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 01 NHE – Bairro Anastácio;
- ✓ Recondutoramento 1.170m rede primaria de condutor 06 AWG CAA para 02 AWG – Ramal 04 NHE – Bairro Laranjeiras;

Total de rede recondutorada: 11,32KM

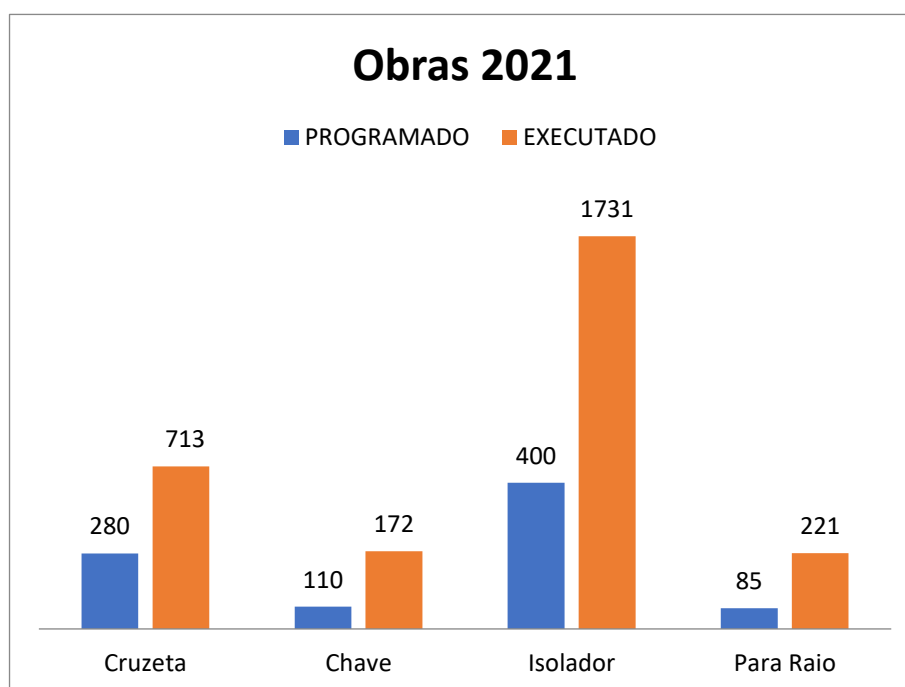
Troca de Medidores: Foram substituídos 258 medidores no total, conforme os motivos abaixo descritos.

MOTIVO	QUANTIDADE
Variação %, queimados (Detectados preventivamente)	93
Desconto irrigante	21
Micro geração	30
Análise do Nível de Tensão (Obrigatórios pela ANEEL)	114

Veículos: Mantendo a linha de investimento para manutenção da frota em condições de uso, em 2021, adquirimos:

- ✓ 01 Camionete Toyota/Hilux - R\$ 159.846,30;
- ✓ 01 Carro Fiat Strada - R\$ 62.000,00;

Obras e Manutenção



Resumo das Obras Realizadas

Realizamos 58 obras em 2021, sendo:

Obras com a participação do consumidor: 31

Obras de manutenção da Cooperativa: 19

Obras 1ª ligação sem custo ao consumidor: 08

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2021, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

A CERNHE promove benefícios a seus colaboradores, como **Plano de Saúde/ Participação nos Lucros e Vale Alimentação/Adicional de tempo de serviço/reembolso de remédios**. Os custos destes benefícios somaram em 2021 o total de R\$ 445.681,06, sendo R\$ 106.890,58 com plano de saúde, R\$ 104.265,17 de Participação nos Lucros, R\$ 139.946,95 de Vale alimentação; Adicional por tempo de serviço R\$ 94.578,36; Reembolso remédios para funcionários afastados por acidente de trabalho, conforme acordo coletivo.

No ano de 2021 foi promovida a campanha Outubro Rosa e Novembro azul, cujo objetivo foi realizar exames de mamografia, PSA e demais exames necessários para identificação de possíveis anormalidades na saúde dos funcionários e suas esposas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2021	2020	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.481	4.356	2,87%
Número de empregados	39	46	-15,22%
Número de consumidores por empregado	115	95	21,33%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	-	-	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	-	-	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km²)	937	937	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MW)	7,28	6,9	5,51%
Distribuição direta (GWh)	22,08	21,44	2,99%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.381	1.430	-3,42%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	569	570	-0,09%
Residencial	595	577	3,08%
Comercial	595	579	2,72%
Industrial	595	682	-12,79%
Rural	494	444	11,17%
Suprimento	-	-	0,00%
DEC (horas)	22,78	18,21	25,10%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4	4	0,00%
FEC (número de interrupções)	12,1	10,35	16,91%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,11	0,10	10,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	952,66	945,31	0,78%
Capacidade instalada (MVA)	23,51	22,65	3,80%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	25.034,81	21.319,52	17,43%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.641,01	18.858,86	9,45%
Margem operacional do serviço líquida (%)	21,29%	13,05%	63,12%
EBITDA OU LAJIDA	5.125,58	5.166,08	-0,78%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.070,77	4.260,94	-4,46%
Lucro líquido por mil cotas	0,82	0,85	-3,53%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	29.645,61	25.152,18	17,86%
Valor patrimonial por cota R\$	15,13	14,76	2,51%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,14	0,17	-19,23%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,17	0,17	0,00%
Em moeda nacional (%)	0,17	0,17	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Novo Horizonte, São Paulo, 30 de Abril de 2022

A Administração

4 - Balanço Patrimonial Regulatório

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Balancos patrimoniais regulatórios

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.456	11.233	Fornecedores e supridores de energia elétrica	10	692	816
Contas a receber de consumidores e outros	6	2.144	2.027	Salários e encargos sociais		252	254
Estoques		550	344	Impostos e contribuições a recolher		311	292
Impostos e contribuições a recuperar		269	251	Provisão para férias e encargos		325	243
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	7	548	408	Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	7	256	299
Outros ativos circulantes		1.967	1.652	Taxas regulamentares	11	482	211
Despesas pagas antecipadamente		40	35	Outros passivos circulantes		82	241
Total do ativo circulante		18.974	15.950	Total do passivo circulante		2.400	2.356
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Capital a restituir		-	425
Impostos e contribuições a recuperar		321	365	Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público	9/13	1.736	1.452
Depósitos Judiciais	12	20	20	Provisão para contingência	12	23	23
Investimentos	8	134	128	Total do passivo não circulante		1.759	1.900
Imobilizado	9	20.391	19.939				
Intangível		2	2	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		20.868	20.454	Capital social		1.960	2.008
				Reserva de avaliação patrimonial		6.037	6.997
				Reserva legal		2.503	2.096
				Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES		514	678
				Reserva de desenvolvimento		21.075	16.736
				Reserva de equalização		173	173
				Sobras a disposição da AGO		3.421	3.460
				Total do patrimônio líquido		35.683	32.148
Total do ativo		39.842	36.404	Total do passivo e patrimônio líquido		39.842	36.404

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações dos resultados regulatórios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Ingresso operacional bruto	15	25.034	21.320
Fornecimento de energia elétrica		8.203	6.040
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.042	5.040
Ativos e passivos regulatórios		142	279
Serviços cobráveis		18	8
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		10.629	9.953
Tributos		(1.667)	(1.412)
ICMS		(1.508)	(1.288)
PIS-PASEP		(28)	(22)
Cofins		(131)	(102)
Encargos - Parcela "A"		(2.726)	(1.049)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.175)	(949)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(61)	(44)
Outros encargos		(1.490)	(56)
Ingresso operacional líquido		20.641	18.859
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	16	(10.101)	(8.508)
Energia elétrica comprada		(10.101)	(8.508)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		10.540	10.351
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(7.226)	(6.321)
Pessoal e administradores	17	(3.639)	(3.417)
Material		(1.120)	(846)
Serviços de terceiros		(891)	(587)
Arrendamento e aluguéis		(303)	(256)
Seguros		(54)	(55)
Doações, contribuições e subvenções		(38)	(24)
Provisões		-	(77)
(-) Recuperação de despesas		46	40
Tributos		(185)	(140)
Depreciação e amortização		(1.324)	(1.273)
Gastos diversos		(46)	(80)
Outros ingressos operacionais		558	504
Outros dispêndios operacionais		(230)	(110)
Sobra da atividade		3.314	4.030
Resultado financeiro		488	(137)
Dispêndios financeiros		(190)	(148)
Ingressos financeiras		678	11
Sobra antes dos tributos		3.802	3.893
Imposto de renda e Contribuição social	18	(343)	(280)
Sobra líquida do exercício		3.459	3.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações do resultado abrangente regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	2021	2020
Sobra líquida do exercício	3.459	3.613
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.459	3.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de avaliação patrimonial	Reserva legal	RATES	Reserva de desenvolvimento	Reserva estatutária	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.050	7.911	1.670	729	13.574	173	2.596	28.703
Incorporação de sobras em reserva	-	-	-	-	2.596	-	(2.596)	-
Baixa de capital	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	-	(266)	-	-	-	-	-	(266)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	(648)	-	-	-	-	648	-
Realização do RATES	-	-	-	(264)	-	-	264	-
Transferência de capital a restituir	(41)	-	-	-	140	-	-	99
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	3.613	3.613
Constituição de reservas	-	-	426	213	426	-	(1.065)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.008	6.997	2.096	678	16.736	173	3.460	32.148
Incorporação de sobras em reserva	-	-	-	-	3.460	-	(3.460)	-
Baixa de capital	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	-	(348)	-	-	-	-	-	(348)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	(612)	-	-	-	-	612	-
Realização do RATES	-	-	-	(368)	-	-	368	-
Incorporação de capital a restituir	(47)	-	-	-	472	-	-	425
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	3.459	3.459
Constituição de reservas	-	-	407	204	407	-	(1.018)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.960	6.037	2.503	514	21.075	173	3.421	35.683

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.459	3.613
Ajustes por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	1
Depreciação e amortização	1.399	2.423
Resultado na alienação de bens e direitos	593	148
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de consumidores e outros	(118)	(386)
Estoques	(206)	(136)
Impostos e contribuições a recuperar	26	(97)
Valores a receber de Parcela A e outros ativos financeiros	(140)	(312)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(315)	(569)
Depósitos judiciais	(5)	(20)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(124)	274
Salários e encargos sociais	(2)	(7)
Impostos e contribuições a recolher	19	146
Provisão para férias e encargos	82	(70)
Valores a devolver de Parcela A e outros passivos financeiros	(43)	(165)
Taxas regulamentares	271	(38)
Outros passivos circulantes	125	413
Provisão para contingência	-	23
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.022	5.241
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(2.444)	(2.922)
Baixa da reserva de avaliação patrimonial	(348)	(266)
Aumento em investimentos	(6)	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.798)	(3.198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Baixa de capital	(1)	(1)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(1)	(1)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.223	2.042
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.456	11.233
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.233	9.191
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.223	2.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

22 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE (“Cooperativa”), com sede no município de Novo Horizonte SP, é uma permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e atua, conforme disposto em seu contrato de permissão e legislação vigente, no fornecimento de energia elétrica aos usuários finais localizados em sua área de concessão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Cooperativa está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cooperativa solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Além das permissionárias, também fazem parte do setor elétrico as distribuidoras, geradores, transmissores e consumidores livres. No negócio de geração, a geradora além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à

Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre – ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebração de contratos de compra e venda de energia, o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do qual fazem parte Agentes de Geração, de Comercialização e de Distribuição de energia elétrica, e o Ambiente de Contratação Livre – ACL, do qual fazem parte Agentes de Geração, Comercialização, Distribuição, Importadores e Exportadores de energia elétrica e Consumidores livres.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST – Tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

23 Contexto operacional e permissão

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE, que contava com 2.630 e 2.730 cooperados no final de 2021 e de 2020, respectivamente, tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico através do fornecimento de energia elétrica, e do estímulo progressivo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e de racionalização. Suas principais atividades são a distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e prestação de serviços de eletrificação.

Em 30 de junho de 2008, a Administração da Cooperativa assinou o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é estabelecer os direitos e obrigações da Cooperativa para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica, na qualidade de permissionária, pelo prazo de trinta anos, em área delimitada e sem caráter de exclusividade, para exploração, a título precário, do serviço de energia elétrica, nos municípios de Borborema, Catanduva, Irapuã, Itajobi, Novais, Novo Horizonte e Tabapuã, todos no Estado de São Paulo. Seus serviços prestados e tarifas cobradas são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização a permissionária.

Segundo o Contrato de Concessão, a Cooperativa passa por processos de revisão tarifária a cada quatro anos e por processo de reajuste tarifário anualmente.

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o terceiro aditivo ao contrato de concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado ou reembolsado para a Cooperativa.

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital – remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória).

Efeitos da COVID-19: A Administração da Cooperativa realizou análises sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no exercício, e concluiu que o principal efeito em suas demonstrações financeiras é o atraso na aplicação do reajuste tarifário (12,68%), que foi aprovado em 28 de julho de 2020, porém só pode ser aplicado a partir de 30 de julho de 2020, afetando, com isso, os ingressos. Em 2021 o reajuste foi efetuado também no mês de julho, porém reflete ao novo ciclo de revisão que passa a ser no período de julho de cada exercício, de acordo com o terceiro aditivo de concessão formalizado em 15 de dezembro de 2020.

24 Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

e Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Cooperativa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma cooperativa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas. As demonstrações contábeis regulatórias, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 4 de fevereiro de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

f Moeda de apresentação e moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela Cooperativa é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em milhares de reais.

g Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a Administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

25 Principais práticas contábeis regulatórias

4.1 Práticas contábeis gerais

r Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial regulatório quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Cooperativa tem os seguintes ativos e passivos financeiros: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de consumidores e outros; fornecedores e supridores de energia elétrica; capital a restituir; obrigações especiais vinculadas à concessão de serviços públicos; valores a receber/devolver de parcela A.

s Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial, e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de

valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

t Contas a receber de consumidores e outros

As contas a receber de consumidores e outros estão demonstrados pelos valores a receber faturados e não faturados, esses por estimativa, do fornecimento de energia elétrica até o encerramento do exercício, com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

u Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos valores a receber. Tem base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Considera, também, uma análise dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se nas experiências da Cooperativa em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência. A administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

v Investimentos

Substancialmente representados por participação societária no sistema cooperativista, avaliada pelo custo de aquisição e a ajustada ao valor justo quando aplicável, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social da investida.

w Provisão por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A administração da Cooperativa revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

x Fornecedores e supridores de energia elétrica

As contas a pagar aos fornecedores e aos supridores de energia elétrica são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetivos. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

y Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. As operações com não cooperados geram tributos, sendo calculados com base no lucro real apurado, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

z Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

aa Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo, ou o valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provavelmente ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

bb Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para o registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

cc Capital social

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

dd Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Cooperativa é avaliada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.2 Práticas contábeis regulatórias

a Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Cooperativa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Cooperativa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

b Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão

Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

c Imobilizado em curso

Os gastos de administração capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Cooperativa, caso exista, agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

d Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

e Reserva de avaliação patrimonial

Em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL n° 396, de 23 de fevereiro de 2010, e atualizações, a Cooperativa registra, a cada Revisão Tarifária Periódica, realização regulatória compulsória, que corresponde ao montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do ativo imobilizado em serviço.

26 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.668	1.056
Aplicações financeiras de liquidez imediata		
CDB	11.788	10.177
	13.456	11.233

A Cooperativa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos seus valores de custo acrescidos por rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições oficiais que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, considerando a época, o tipo, valor e prazo, tendo como característica alta liquidez e baixo risco de perda, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos.

27 Contas a receber de consumidores e outros

	Valores correntes							
	A vencer		Vencidos			Provisão para devedores duvidosos	2021	2020
	Até	Até	De 91	De 181	Mais			
	60 dias	90 dias	a 180 dias	a 360 dias	de 360 dias			
Fornecimento de Energia								
Residencial	381	98	2	1	6	(9)	479	319
Industrial	38	-	-	-	-	-	38	42
Comercial	89	30	-	-	1	(1)	119	89
Rural	420	176	1	2	9	(9)	599	729
Iluminação pública	44	-	-	-	-	-	44	64
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	1
Fornecimento não faturado	865	-	-	-	-	-	865	783
	1.837	304	3	3	16	(19)	2.144	2.027

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do manual de contabilidade do setor elétrico da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a administração da Cooperativa entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

28 Valores a receber e a devolver de Parcela A e outros ativos e passivos financeiros

Trata-se de ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo desse período. Essa diferença constitui em um direito a receber sempre que os custos homologados incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou quando as obrigações dos custos homologados incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão na existência de saldos que não tenham sido recuperados, sendo esses incluídos na base de indenização prevista e estão compostos da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Ativos Financeiros Setoriais				
Circulante				
Neutralidade da Parcela A (i)	7	159	(61)	105
Outros (ii)	401	873	(831)	443
	408	1.032	(892)	548
Passivos Financeiros Setoriais				
Neutralidade da Parcela A (i)	180	283	(221)	242
Outros (ii)	119	17	(122)	14
	299	300	(343)	256

(iii) Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(iv) Refere-se substancialmente ao Custo do Uso do Sistema de Distribuição – CUSD para as distribuidoras que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as usinas de energia das regiões onde estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões.

29 Investimentos

	2021	2020
Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – FECOERESP	1	1
Cooperativa de Crédito Credicitrus – Sicoob Credicitrus	133	127
	134	128

30 Imobilizado

c Composição do imobilizado

	Valor				Valor	Adições		Valor	Valor	Obrigações		Obrigações
	bruto em	Adições	Baixas	Transferências	bruto em	Líquidas =	Depreciação	líquido em	líquido em	especiais	Amortização	especiais
Imobilizado em serviço	31/12/2020	(A)	(B)	(C)	31/12/2021	(A) - (B) + (C)	acumulada	31/12/2021	31/12/2020	brutas	acum.	líquidas
Distribuição	35.019	-	(1.184)	2.459	36.294	1.275	(18.167)	18.127	17.600	1.906	(360)	1.546
Edificações, obras civis e benfeitorias	599	-	-	-	599	-	(101)	498	518	-	-	-
Máquinas e equipamentos	32.750	-	(1.184)	2.398	33.964	1.214	(17.153)	16.811	16.120	1.906	(360)	1.546
Veículos	1.650	-	-	61	1.711	61	(901)	810	952	-	-	-
Móveis e utensílios	20	-	-	-	20	-	(12)	8	10	-	-	-
Administração	1.340	-	(2)	28	1.366	26	(720)	646	664	-	-	-
Terrenos	141	-	-	-	141	-	-	141	141	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	960	-	-	-	960	-	(578)	382	414	-	-	-
Móveis e utensílios	239	-	(2)	28	265	26	(142)	123	109	-	-	-
Subtotal	36.359	-	(1.186)	2.487	37.660	1.301	(18.887)	18.773	18.264	1.906	(360)	1.546
Imobilizado em curso												
Distribuição	1.675	2.446	(16)	(2.487)	1.618	(57)	-	1.618	1.675	190	-	190
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	118	-	-	118	118	-	118	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	340	466	(1)	(718)	87	(253)	-	87	340	190	-	190
Outros	1.335	1.862	(15)	(1.769)	1.413	78	-	1.413	1.335	-	-	-
Subtotal	1.675	2.446	(16)	(2.487)	1.618	(57)	-	1.618	1.675	190	-	190
Total do Ativo Imobilizado	38.034	2.446	(1.202)	-	39.278	1.244	(18.887)	20.391	19.939	2.096	(360)	1.736

d **Adições do imobilizado em curso**

Descrição	Material / Equipamentos
Edificações, obras civis e benfeitorias	118
Máquinas e equipamentos	466
Materiais em depósito	1.827
Compras em andamento	35
	2.446

e **Imobilizado por atividade**

			2021	2020
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição		36.294	(18.167)	18.127
Custo histórico	5,41	17.434	(5.237)	10.713
Reavaliação	5,41	18.860	(12.930)	5.930
Administração		1.366	(720)	646
Custo histórico	5,82	1.218	(679)	539
Reavaliação	5,82	148	(41)	107
Subtotal		37.660	(18.887)	18.773
Em curso				
Distribuição	-	1.618	-	1.618
Subtotal		1.618	-	1.618
Total		39.278	(18.887)	20.391

f **10 maiores adições do imobilizado em serviço**

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor
Veículo Fiat Strada Endurance Cabine Plus 1.4 Flex	1	Un	55
Cabo Alumínio 2 AWG CAA	1.549	Kg	43
Chave Religadora Trifásica A Vácuo 15 Kv	1	Pc	38
Medidor Bifásico Eletrônico 2 Fases 15/120A - 120V	42	Pc	32
Regulador De Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Pc	32
Regulador De Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Pc	32
Regulador De Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Pc	31
Cabo Alumínio 2 AWG CAA	901	Kg	27
Transformador Trifásico -75 Kva (220/127)	4	Pc	27
Poste Concreto Circular 11,0 M/600 Kg	13	Pc	25
			342

g 10 maiores baixas do imobilizado em serviço

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor
Regulador de Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Un	21
Regulador de Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Un	21
Regulador de Tensão Monofásico 76,2Kv 15Kv 100A	1	Un	21
Transformador Trifásico -30 Kva	3	Un	13
Chave Religadora Eletromecânica 100A	1	Un	11
Chave Religadora Eletromecânica 100A	1	Un	10
Chave Religadora Eletromecânica 100A	1	Un	10
Chave Religadora Eletromecânica 100A	1	Un	10
Transformador Trifásico -30 Kva	2	Un	9
Transformador Trifásico -30 Kva	2	Un	9
			135

31 Fornecedores e supridores de energia elétrica

	2021	2020
Supridores de energia elétrica	627	655
Materiais e serviços	65	161
	692	816

32 Taxas regulamentares

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	115	85
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	-	26
Programa de Eficiência Energética (PEE)	-	66
Ministério de Minas e Energia (MME)	1	1
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	6	4
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	2	2
Bandeira tarifária a recolher	358	27
	482	211

33 Provisão para contingências

A Cooperativa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração decidiu, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis, e que são parcialmente cobertas por depósitos judiciais:

	Provisão para contingência		Depósitos judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas	23	23	20	20

No desenvolvimento de suas operações, a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações cíveis. Portanto, a Cooperativa é parte envolvida em ações que são discutidas na esfera judicial.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu registro de provisão para contingências para as ações a seguir:

	2021	2020
Cíveis	30	16.454
Trabalhistas	260	-
	290	16.454

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

34 Obrigações especiais vinculadas à concessão

a Composição de saldo

	2021	2020
Em serviço	1.906	1.584
Participação financeira do consumidor	1.471	1.226
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	416	339
Pesquisa e Desenvolvimento	19	19
(-) Amortização Acumulada - AIS	(360)	(289)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(360)	(289)
Em curso	190	157
Participação financeira do consumidor	190	157
	1.736	1.452

b Movimentação

	Total final 31/12/2020	Adição	Total final 31/12/2021
Em serviço	1.584	322	1.906
Participação financeira do consumidor	1.226	245	1.471
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	339	77	416
Pesquisa e Desenvolvimento	19	-	19
(-) Amortização Acumulada - AIS	(289)	(71)	(360)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(289)	(71)	(360)
Em curso	157	33	190
Participação financeira do consumidor	157	33	190
	1.452	284	1.736

35 Patrimônio líquido

d Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem o direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

e Destinações legais e estatutárias das sobras

Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme normas legais e Estatuto Social da Cooperativa, são apropriados:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 10% para Reserva de Desenvolvimento, destinada a investimentos necessários ao atendimento das atividades da Cooperativa;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa;
- e
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

f Reserva de avaliação patrimonial

Refere-se à reavaliação regulatória compulsória, no qual o montante decorrente da diferença entre o valor contábil do exercício e o Valor Novo de Reposição – “VNR”, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da Reavaliação Regulatória Compulsória – “RRC”, tem seus efeitos reconhecidos no Patrimônio Líquido, conforme determinação da ANEEL.

g Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação dos cooperados quanto a sua destinação, e são assim demonstradas:

	2021	2020
Sobra líquida do exercício	3.459	3.613
Realização do RATES	368	264
Realização da reserva de avaliação patrimonial	612	648
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal	(407)	(426)
Reserva de Desenvolvimento	(407)	(426)
RATES	(204)	(213)
Sobras regulatórias à disposição da AGO	3.421	3.460

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/71 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços usufruídos da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados em Assembleia Geral.

36 Ingresso operacional bruto

e Composição de saldo

	Consumidores		MWh(i)		2021	2020
	2021	2020	2021	2020		
Ingresso bruto						
Fornecimento - Faturado	4.700	4.407	22.714	21.407	14.245	11.080
Residencial	3.153	2.892	4.351	4.134	3.493	2.839
Industrial	10	9	1.125	1.018	1205	906
Comercial	145	145	1.071	1.084	891	765
Rural	1.369	1.339	14.873	13.881	7.865	5.846
Poder público	7	6	29	36	24	25
Iluminação pública	2	2	878	904	444	361
Serviço público	14	14	387	350	293	219
Receita não faturada	-	-	-	-	30	119
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não Faturado					10.789	10.240
Constituição e amortização - Demais ativos e passivos regulatórios					142	279
Serviços cobráveis					18	8
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					10.629	9.953
Total					25.034	21.320

(ii) Informação não examinada por auditores independentes.

37 Custo com energia elétrica comprada para revenda

	R\$		MWh (i)	
	2021	2020	2021	2020
Energia elétrica comprada	(9.933)	(8.361)	24.951	22.450
Alternativas de energia elétrica - PROINFA	(168)	(147)	-	-
	(10.101)	(8.508)	24.951	22.450

(i) Informação não examinada por auditores independentes.

38 Pessoal e administradores

	2021	2020
Pessoal	(3.145)	(2.915)
Remuneração	(1.575)	(1.367)
Encargos	(807)	(719)
Despesas rescisórias	(45)	(132)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(105)	(73)
Outros benefícios - Corrente	(613)	(624)
Administradores	(494)	(502)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(494)	(502)
	(3.639)	(3.417)

39 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Sobras antes dos tributos	3.459	3.893
Exclusão:		
Efeitos dos ajustes regulatórios	954	648
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(3.330)	(3.647)
Base de cálculo	1.083	894
Imposto de renda		
Imposto de renda – 15%	(160)	(134)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(84)	(65)
	(245)	(199)
Contribuição social – 9%	(97)	(81)
	(343)	(280)

40 Reajuste tarifário

Através da Nota Técnica nº 163/2021 – SGT/ANEEL apresenta os detalhes do Reajuste Tarifário Anual de 2021, calculado em conformidade com as disposições legais e normativas pertinentes e segundo as regras estabelecidas no Contrato de Permissão de Distribuição.

A Cooperativa, sediada na cidade de Novo Horizonte - SP, atende atualmente cerca de 5 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente R\$ 14 milhões. Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 12/2008 entre a União e a Cooperativa por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica. A Resolução Normativa nº 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão. Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cooperativa, optou por não celebrar termo aditivo contratual e permanece com as tarifas estabelecidas pela ANEEL seguindo a metodologia do Submódulo 8.1 do PRORET. A Resolução Homologatória nº 2.739 de 28 de julho de 2020 homologou as tarifas vigentes da Cooperativa.

Em 24 de outubro de 2017, na 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, foi aprovado o Submódulo 8.5 do PRORET que estabelece os procedimentos a serem aplicados ao processo de definição da subvenção para compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, permissionárias e concessionárias de distribuição de energia.

41 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo o fornecimento de energia elétrica e pagamento de pró-labore.

Parte relacionada	Natureza da operação	2021	2020
Conselho de Administração	Fornecimento de energia elétrica	93	60
Conselho de Administração	Remuneração	393	395
Conselho de Administração	Capital social	15	17
Conselho Fiscal	Fornecimento de energia elétrica	11	9
Conselho Fiscal	Remuneração	21	23
Conselho Fiscal	Capital social	6	5

42 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Cooperativa. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

f Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros da Cooperativa estão demonstrados a seguir:

	Classificação	2021	2020
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos	(i)	1.668	1.056
Aplicações financeiras de liquidez imediata	(i)	11.788	10.177
Contas a receber de consumidores e outros	(i)	2.144	2.027
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	(i)	548	408
		13.668	13.668
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(i)	692	816
Capital a restituir	(i)	-	425
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	(i)	256	299
Taxas regulamentares	(i)	482	211
		1.751	1.751

Classificação:

(i) Custo amortizado.

g Análise de sensibilidade – taxa de juros

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações, a Administração entende que, qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Cooperativa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

h Risco de crédito

Parte substancial do fornecimento de energia elétrica é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes. Os riscos de crédito de equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Cooperativa. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que auxiliam na liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez.

i Risco de gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Cooperativa administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, líquidas de caixa e equivalentes de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido).

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Cooperativa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Total do passivo	4.159	4.256
	(13.456	(11.233
Menos: caixa e equivalentes de caixa	)	)
Sobra de caixa em relação a dívida (A)	(9.297)	(6.977)
Total do patrimônio líquido (B)	35.683	32.148
Índice da sobra de caixa em relação a dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A)/ (B)	-26%	-22%

j Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água

nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

43 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de curto prazo com a compra de energia em MWH são os seguintes:

	Vigência		MWH	
	2021	2020	2021	2020
Energia contratada	1/2020 a 12/2024	1/2020 a 12/2024	<u>19.011</u>	<u>19.011</u>

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 4 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR homologadas pela ANEEL, e não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

44 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

A Cooperativa seguiu as práticas contábeis adotados no Brasil para elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Cooperativa seguiu a regulamentação determinada pela ANEEL. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações aqui apresentadas.

23.1 Ativo

	2021				2020			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	13.456	-	-	13.456	11.233	-	-	11.233
Contas a receber de consumidores e outros	2.144	-	-	2.144	2.027	-	-	2.027
Estoques	550	-	-	550	344	-	-	344
Impostos e contribuições a recuperar	269	-	-	269	251	-	-	251
Valores a receber de parcela A e outros ativos financeiros	403	145	-	548	408	-	-	408
Outros ativos circulantes	1.968	-	-	1.968	1.652	-	-	1.652
Despesas pagas antecipadamente	185	(145)	-	40	35	-	-	35
Total do ativo circulante	18.975	-	-	18.975	15.950	-	-	15.950
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Impostos e contribuições a recuperar	320	-	-	320	365	-	-	365
Ativo financeiro - concessão do serviço público	-	5.695	-	5.695	-	5.442	-	5.442
Depósitos judiciais	20	-	-	20	20	-	-	20
Investimentos	134	-	-	134	128	-	-	128
Imobilizado	20.391	(7.429)	(6.037)	6.925	19.939	(6.892)	(6.997)	6.050
Intangível	2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
Total do ativo não circulante	20.867	(1.736)	(6.037)	13.094	20.454	(1.452)	(6.997)	12.005
Total do ativo	39.842	(1.736)	(6.037)	32.069	36.404	(1.452)	(6.997)	27.955

23.2 Passivo

	2021				2020			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Passivo								
Circulante								
Fornecedores e supridores de energia elétrica	692	-	-	692	816	-	-	816
Salários e encargos sociais	252	-	-	252	254	-	-	254
Impostos e contribuições a recolher	311	-	-	311	292	-	-	292
Provisão para férias e encargos	325	-	-	325	243	-	-	243
Valores a devolver de parcela A e outros passivos financeiros	256	-	-	256	299	-	-	299
Taxas regulamentares	482	-	-	482	211	-	-	211
Outros passivos circulantes	82	-	-	82	241	-	-	241
Total do passivo circulante	2.400	-	-	2.400	2.356	-	-	2.356
Não circulante								
Capital a restituir	-	-	-	-	425	-	-	425
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público	1.736	(1.736)	-	-	1.452	(1.452)	-	-
Provisão para contingência	23	-	-	23	23	-	-	23
Total do passivo não circulante	1.759	(1.736)	-	23	1.900	(1.452)	-	448
Patrimônio líquido								
Capital social	1.960	-	-	1.960	2.008	-	-	2.008
Reserva de avaliação patrimonial	6.037	-	(6.037)	-	6.997	-	(6.997)	-
Reserva legal	2.503	-	-	2.503	2.096	-	-	2.096
Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social - RATES	514	-	-	514	678	-	-	678
Reserva de desenvolvimento	21.075	-	-	21.075	16.736	-	-	16.736
Reserva de equalização	173	-	-	173	173	-	-	173
Sobras regulatórias	3.421	-	-	3.421	3.460	-	-	3.460
Total do patrimônio líquido	35.683	-	(6.037)	29.646	32.148	-	(6.997)	25.151
Total do passivo e patrimônio líquido	39.842	(1.736)	(6.037)	32.069	36.404	(1.452)	(6.997)	27.955

23.3 Resultado

	2021				2020			
	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificações	Ajustes	Societário
Ingresso operacional bruto	25.034	-	-	25.034	21.320	-	-	21.320
Fornecimento de energia elétrica	8.203	6.042	-	14.245	6.040	5.040	-	11.080
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.042	(6.042)	-	-	5.040	(5.040)	-	-
Ativos e Passivos Regulatórios	142	-	-	142	279	-	-	279
Serviços cobráveis	18	-	-	18	8	-	-	8
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	10.629	-	-	10.629	9.953	-	-	9.953
Tributos	(1.667)	-	-	(1.667)	(1.412)	-	-	(1.412)
ICMS	(1.508)	-	-	(1.508)	(1.288)	-	-	(1.288)
PIS-PASEP	(28)	-	-	(28)	(22)	-	-	(22)
Cofins	(131)	-	-	(131)	(102)	-	-	(102)
Encargos - Parcela "A"	(2.726)	-	-	(2.726)	(1.049)	-	-	(1.049)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.175)	-	-	(1.175)	(949)	-	-	(949)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(61)	-	-	(61)	(44)	-	-	(44)
Outros encargos	(1.490)	-	-	(1.490)	(56)	-	-	(56)
Ingresso operacional líquido	20.641	-	-	20.641	18.859	-	-	18.859
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(10.101)	-	-	(10.101)	(8.508)	-	-	(8.508)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.101)	-	-	(10.101)	(8.508)	-	-	(8.508)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.540	-	-	10.540	10.351	-	-	10.351
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.226)	-	612	(6.614)	(6.321)	-	648	(5.673)
Pessoal e administradores	(3.639)	-	-	(3.639)	(3.417)	-	-	(3.417)
Material	(1.120)	-	-	(1.120)	(846)	-	-	(846)
Serviços de terceiros	(891)	-	-	(891)	(587)	-	-	(587)
Arrendamento e aluguéis	(303)	-	-	(303)	(256)	-	-	(256)
Seguros	(54)	-	-	(54)	(55)	-	-	(55)
Doações, contribuições e subvenções	(38)	-	-	(38)	(24)	-	-	(24)
Provisões	-	-	-	-	(77)	-	-	(77)
(-) Recuperação de despesas	46	-	-	46	40	-	-	40
Tributos	(185)	-	-	(185)	(140)	-	-	(140)
Depreciação e amortização	(1.324)	-	612	(712)	(1.273)	-	648	(625)
Gastos diversos	(46)	-	-	(46)	(80)	-	-	(80)
Outros ingressos operacionais	558	-	-	558	504	-	-	504
Outros dispêndios operacionais	(230)	-	-	(230)	(110)	-	-	(110)
Sobra da atividade	3.314	-	612	3.926	4.030	-	648	4.678
Resultado financeiro	488	-	-	488	(137)	-	-	(137)
Dispêndios financeiros	(190)	-	-	(190)	(148)	-	-	(148)
Ingressos financeiras	678	-	-	678	11	-	-	11
Sobra antes dos tributos	3.802	-	612	4.414	3.893	-	648	4.541
Imposto de renda e Contribuição social	(343)	-	-	(343)	(280)	-	-	(280)
Sobra líquida do exercício	3.459	-	612	4.071	3.613	-	648	4.261

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Societária



**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE**
CNPJ 53.176.038/0001-86 - I.E. 483.003.274.114
PABX:- (17) 3542-1208 – Plantão 0800-7741401
e-mail: cernhe@cernhe.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte, em cumprimento ao que determina o artigo 47, letra I, do Estatuto Social, examinamos Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Diretoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Regulatória representam a posição financeira e a patrimonial da cooperativa em 31 de dezembro de 2021; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua aprovação.

Novo Horizonte, 04 de fevereiro de 2022.

Nome Completo

Assinatura

Conselheiro Fiscal Efetivo - ALCIDES RODRIGUES ZANA

Conselheiro Fiscal Efetivo - CLÁUDIO JOÃO TROLEZI

Conselheiro Fiscal Efetivo - MILTON DE LAZARI

Av. Guido Della Togna, 784 – Cx. P. 60 – CEP. 14.960-000
Novo Horizonte – SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos cooperados e administradores da
**Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento
Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE**
Novo Horizonte SP

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar
CEP 14021-613 - Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cooperativa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte – CERNHE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Cooperativa preparou demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 4 de fevereiro de 2022.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos Auditores Independentes pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 4 de fevereiro de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Octávio Bution Neto
CRC 1SP243568/O-1